

FALE COM A GENTE!

Editores Leopoldo Figueiredo
E-mail portomar@atribuna.com.br
Telefone 2102-7269

DESTAQUE DO DIA

A REPÚBLICA EM XEQUE

PORTO & MAR

Rossi ‘operava’ com
Temer no Porto de
Santos, diz Joesley

Referência a ex-presidente da Codesp consta de delação premiada

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

Dois executivos que já foram ligados ao Porto de Santos são citados na delação premiada do empresário Joesley Batista, que deu origem à mais recente crise política brasileira. De acordo com o executivo do Grupo JBS, o ex-presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) Wagner Rossi afirmou que “era afilhado político de Michel Temer e operava com ele no Porto de Santos”.

Wagner Rossi ocupou o cargo de presidente da Codesp entre 24 de abril de 1999 e 9 de novembro de 2000. Neste período, o hoje presidente Michel Temer atuava como presidente da Câmara dos Deputados e presidente nacional do PMDB, em São Paulo.

No relato de Batista, o empresário não especifica que operações Rossi realizava com Temer no cais santista.

Na delação, o executivo do Grupo JBS também citou o chefe de gabinete da Presidência da Codesp na época de Rossi, Milton Elias Ortolan. De acordo com Batista, Rossi e Ortolan receberam mensalinhos de R\$ 100 mil e R\$ 20 mil, respectivamente. Os pagamentos teriam sido feitos após a saída dos dois da Docas.

Em sua delação, homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Joesley Batista afirmou que conheceu o presidente da República, Michel Temer, por intermédio de Rossi. Foi na época em que o ex-presidente da Codesp atuava como ministro da Agricultura, em abril de 2010, no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O dono da JBS declarou que logo nas primeiras interações, Rossi expôs sua ligação com Temer. E informou que o pagamento de “mensalinhos” só foi iniciado anos mais tarde, quando Rossi deixou a pasta da Agricultura. Joesley, no entanto,

O EX-DIRIGENTE DA DOCAS



Ex-deputado federal pelo PMDB de São Paulo, Wagner Rossi foi presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) de 24 de abril de 1999 e 9 de novembro de 2000. Na delação, Joesley Batista afirma que o conheceu quando Rossi era ministro da Agricultura, entre 2010 e 2011.

destacou que os recursos foram entregues a pedido do presidente Michel Temer.

Procurado, Rossi não respondeu aos questionamentos da reportagem. Mas, em comunicado à imprensa, admitiu ter conhecido o empresário Joesley Batista durante o período em que foi ministro da Agricultura, entre abril de 2010 e agosto de 2011. Ele destacou que prestou “colaboração remunerada” à companhia após deixar o cargo e passar pelo período de quarentena.

“Logo após deixar o ministério, Joesley me procurou e ofereceu para que eu fosse trabalhar com ele. Nessa oportunidade, agradei o convite e declinei, pois estava cumprindo quarentena”, disse. “Depois do prazo legal, prestei colaboração remunerada a uma das empresas do Grupo JBS”, completou Rossi.

O ex-ministro da Agricultura ainda se referiu a Joesley como “um grande empresário do setor, de trato cordial” e admitiu que ele demonstrou interesse em conhecer Michel Temer, então presidente do PMDB. “Não vi problema nisso”, afirmou.

Rossi relatou ainda: “O texto da delação não diz que eu tenha participado de reunião pa-

ra tratar de qualquer ilícito”. “Encerrei minha atividade pública e estou aposentado há quase seis anos”, conclui.

A reportagem não conseguiu localizar Milton Ortolan. Mas, em entrevista à emissora de TV EPTV, o ex-secretário do Ministério da Agricultura negou o recebimento do mensalinho e disse que fez um trabalho de consultoria para a empresa Eldorado, do grupo JBS, entre março de 2012 e março de 2013. Para isso, ele recebeu o valor de R\$ 15 mil.

IMPACTOS DO ESCÂNDALO

Há uma semana, a divulgação da delação de Joesley Batista caiu como uma bomba no Palácio do Planalto. Além das denúncias de pedidos de propinas, o empresário apresentou uma gravação, usada como motivo do pedido de impeachment do presidente da República. Nela, Temer teria dado o aval para comprar o silêncio do deputado cassado Eduardo Cunha.

A notícia surgiu menos de 10 dias após o clima de otimismo que atingiu o setor portuário, com a publicação do Decreto dos Portos (nº 9.048), que modernizou o marco regulatório e criou um ambiente mais atrativo para novos investimentos.

A DELAÇÃO DE JOESLEY BATISTA

ANEXO 9

JOESLEY BATISTA

FATOS DIRETAMENTE CORROBORADOS POR ELEMENTOS ESPECIAIS DE PROVA

MICHEL TEMER

JB conheceu Michel Temer por meio de Wagner Rossi. JB conheceu Wagner Rossi quando ele assumiu o Ministério da Agricultura, em abril ou maio de 2010, e desenvolveu relacionamento com ele. Nas primeiras interações desse relacionamento, Rossi expôs a JB que era afilhado político de Michel Temer e operava com ele no Porto de Santos.

Poucas semanas depois de conhecer JB, Wagner Rossi levou-o ao escritório de Michel Temer em São Paulo, na Praça Panamericana, e apresentou os dois. JB e Temer trocaram, então, telefones celulares e passaram a manter relacionamento pautado por interesses comuns.

Em 2010, atendendo a um primeiro pedido de TEMER, JB concordou em pagar 3 milhões de reais em propinas sendo, 1 milhão através de doação oficial, e 2 milhões para a empresa Pública Comunicações, através de Notas Fiscais numero 149 e 155.

Em agosto e setembro de 2010, a pedido de TEMER, JB também concordou com o pagamento de uma propina de 240 mil reais à empresa Ilha Produções, NF 63, 64 e 65;

JB esteve com Temer em múltiplas ocasiões, não menos que 20 vezes, ora nesse escritório, ora em seu escritório de advocacia, ora na residência de Temer, ora ainda no Palácio do Jaburu.

Enquanto Wagner Rossi era Ministro da Agricultura, JB tentou, sem êxito, com o auxílio de Temer, fazer avançar a ideia de federalizar o sistema de inspeção animal no Brasil. Quando Wagner Rossi deixou de ser Ministro da Agricultura, Temer pediu a JB que pagasse a ele mensalinho de 100 mil reais e a Milton Hortolan o mensalinho de 20 mil reais. JB aquiesceu e determinou o pagamento, que foi feito dissimuladamente por cerca de um ano.

Na Campanha para a Prefeitura de São Paulo, em 2012, Temer voltou a solicitar o pagamento de 3 milhões de reais para a campanha do então candidato Gabriel Chalita. JB concordou. Os valores foram pagos por meio de Caixa 2, mediante diversas notas fiscais, conforme planilhas a serem anexadas.

Saud cita secretário nacional de Portos

■ O secretário nacional de Portos, Luiz Otávio Campos, é outro representante do setor citado em delações premiadas de executivos do Grupo JBS. Ele aparece nas declarações do ex-diretor de Relações Institucionais da J&F, dona da JBS, Ricardo Saud, que o apresenta como o “rapaz que pega o dinheiro do Jader”, referindo-se ao senador Jader Barbalho (PMDB).

Luiz Otávio Campos está à frente da Secretaria Nacional de Portos desde o mês passado. Antes, no setor portuário, ele ocupou cargos de assessor especial na extinta Secretaria de Portos (SEP) e no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC).

O executivo também atuou como presidente do Conselho de

Administração (Consad) da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), a estatal que administra o Porto de Santos, e chegou a ser indicado para a diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), no ano passado, mas seu nome não foi aprovado.

A configuração atual da Secretaria Nacional de Portos, que é vinculada ao MTPAC, foi definida no ano passado, após a saída da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) do poder. A partir daí, o governo do presidente Michel Temer (PMDB) passou a ter como meta o corte de gastos e extinguiu a SEP, que tinha status de ministério e estrutura própria.

Segundo Saud, a recriação da Secretaria ocorreu para dar “guarida pro rapaz que pega o dinhei-

ro do Jader, que é o Luiz Otávio”. Ex-senador pelo PMDB, Campos tem ligações estreitas com a família Barbalho. Considerado braço direito do senador, o executivo chegou a ser assessor de Helder Barbalho (filho de Jader) quando este foi titular da SEP e do Ministério da Integração Nacional.

No início do ano, Campos foi alvo da Operação Leviatã, fase da Lava Jato que apura desvios e pagamento de propina nas obras da Hidrelétrica de Belo Monte.

Procurados, o chefe da Secretaria Nacional de Portos e o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil não responderam aos questionamentos da reportagem até o fechamento desta edição.